

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. Che Guevara

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

29 anos
de luzes

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição agosto de 2024- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

Taxa de desemprego é a menor desde 2015

Número de pessoas trabalhando no Brasil bate recorde



A taxa de desemprego no Brasil ficou em 6,9% no trimestre entre abril e junho. Resultado tão baixo como este havia sido registrado pela última vez no trimestre encerrado em janeiro de 2015. No mesmo período, o número de trabalhadores ocupados no Brasil bateu recorde, chegando a 101,8 milhões. O

total de trabalhadores do país cresceu 1,6% (mais 1,6 milhão de pessoas) no trimestre e 3,0% (mais 2,9 milhões de pessoas) em um ano. Considerando os dados da pesquisa, a taxa de desemprego de hoje é a metade da verificada em março de 2021, durante a pandemia de covid-19, quando ficou em 14,9%. Também é 1,1

ponto percentual menor do que a verificada há um ano, quando estava em 8% e 1 ponto mais baixa do que no trimestre anterior, de janeiro a março. Naqueles três meses, o desemprego era de 7,9%. O índice foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) medida pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio. No trimestre encerrado em junho, o rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R\$ 3.214, com alta de 1,8% no trimestre e de 5,8% na comparação anual. Com isso, a massa de rendimentos chegou a R\$ 322,6 bilhões, novo recorde da série histórica. A população desalentada – aquela que desistiu de procurar trabalho – recuou para 3,3 milhões, baixando ao menor número encerrado em junho de 2016. O número é 9,6% menor (menos 345 mil pessoas) do que no trimestre passado e 11,5% (menos 422 mil pessoas) do que há um ano. Com isso, o percentual de desalentados baixou a 2,9%.

Após morte por coqueluche, ministra da Saúde reforça pedido para vacinação



A ministra da Saúde, Nísia Trindade, reforçou a orientação para que grávidas e crianças sejam vacinadas contra a coqueluche. A orientação foi dada após a confirmação da morte de um bebê de 6 meses, em Londrina, no Paraná. É o primeiro óbito causado pela coqueluche no país em três anos. Segundo a ministra, o caso “não liga um alerta”, mas reforça “uma vigilância permanente em relação a qualquer agravo de saúde”. Nísia Trindade lamentou a morte do bebê no Paraná. “É uma doença prevenível por vacina, então recomendamos fortemente a vacinação”, orientou. “Estaremos acompanhando e trabalhando para evitar novos casos”, completou a ministra.

O Paraná também investiga se a morte de um bebê de 3 meses, em Irati, no sudeste do estado, pode ser atribuída à coqueluche. Até a primeira quinzena de junho, o estado tinha registrado 24 casos de coqueluche. Em todo o ano passado, foram 17. No Brasil, o último pico epidêmico aconteceu em 2014, quando foram confirmados 8.614 casos. O país e o mundo enfrentam aumento de casos. Também conhecida como “tosse comprida”, a coqueluche é uma doença infecciosa aguda respiratória altamente

contagiosa. A transmissão ocorre, principalmente, pelo contato direto do doente com uma pessoa não vacinada por meio de gotículas eliminadas por tosse, espirro ou até mesmo ao falar. Os principais sintomas são febre, mal-estar, coriza e tosse seca, às vezes, intensa.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário
SINDICALIZE-SE

Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

Doméstica é mantida em regime de escravidão por 40 anos em S. Rosa de Viterbo (SP)



Uma trabalhadora doméstica de 51 anos foi resgatada de condições semelhantes à escravidão na cidade de Santa Rosa de Viterbo (SP), a 8 km de Ribeirão Preto. A operação de resgate foi realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Rodoviária Federal (PRF). A trabalhadora foi adotada pelo casal de empregadores quando tinha 11 anos, em um orfanato da cidade. Quando

chegou à casa já começou a limpar os cômodos, a lavar e passar a roupa, cozinhar e exercer outras atividades domésticas, recebendo em contrapartida roupas e um “dinheirinho” para comprar balas. Em depoimento prestado às autoridades, a empregada disse que hoje continua cuidando dos afazeres domésticos, além de cuidar do empregador idoso, e que recebe ordens do casal. Ela trabalha de segunda a sábado, das 7h às 21h, e aos domingos “passa um pano na casa” e lava a louça. Trabalha no Natal, 1º de janeiro, carnaval, e atualmente recebe um “agrado” de R\$ 500 por mês. Nunca tirou férias, e nas vezes em que viajou, o fez para cuidar do empregador idoso. A empregada não tem quarto próprio. Ela dorme em um colchão inflável posicionado no chão, ao lado da cama onde o casal de empregadores dorme. Ela disse em depoimento que recolhe as contribuições previdenciárias desde 1993 por conta própria, como “autônoma”, e que recentemente, o filho dos empregadores é quem faz os pagamentos. Os auditores fiscais do trabalho lavraram auto de infração de resgate, dando à trabalhadora o direito ao seguro-desemprego, e farão o levantamento das verbas salariais e rescisórias devidas à trabalhadora. O MPT deve se reunir com os empregadores para discutir os termos de um acordo com obrigações de fazer e não fazer, além de uma indenização por danos morais.

Carne isenta de impostos deve beneficiar os agricultores familiares



A reforma tributária prevê a isenção de impostos de produtos da cesta básica, inclusive da carne vermelha, o que reduziria os preços desses alimentos ao consumidor em geral, beneficiando principalmente os mais pobres e aqueles em vulnerabilidade social que estão incluídos no Cadastro Único (CadÚnico). A ideia é devolver o valor dos tributos para consumidores de baixa renda (cashback). A proposta do governo federal

foi modificada e aprovada na Câmara Federal, mas para passar a valer precisa também ser aprovada pelo Senado, o que pode trazer mudanças para modernizar e diminuir a cobrança de seus impostos.

Para os trabalhadores e as trabalhadoras a mais importante decisão até o momento é a isenção de impostos de produtos que compõem a cesta básica como arroz, feijão, carnes, farináceos, entre outros. Embora a precificação desses produtos também varia de forma considerável, estando sujeita a fatores sazonais, de safra e cambiais, a estimativa é a de que passem a custar menos. No entanto, há grande expectativa de como devem ficar os preços da proteína animal, especialmente a carne vermelha, que o presidente Lula (PT-SP), prometeu que a população pobre voltaria a comer, depois de ficar na fila do osso no governo de Jair Bolsonaro (PL-RJ).



Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

Quase 90% dos atletas brasileiros que foram às Olimpíadas fazem parte do Bolsa Atleta



Rayssa Leal ganhou medalha de prata no skate

De todos convocados para as olimpíadas na França esse ano, 247 atletas fazem parte do programa Bolsa Atleta, concedido pelo Ministério do Esporte, o que representa 89,17% dos esportistas brasileiros. A lista inclui nomes como Rebeca Andrade, da ginástica; Rayssa Leal, do skate; a judoca Rafaela Silva;

Abner Teixeira, do boxe; Ana Marcela Cunha, da natação em águas abertas; Marta, do futebol; e Beatriz Haddad, do tênis. Todos eles estão entre os esportistas que recebem o benefício do Governo Federal.

O Time Brasil esteve em ação em 39 modalidades: águas abertas, atletismo, badminton, basquete (masculino), boxe, canoagem slalom, canoagem velocidade, ciclismo BMX Racing, ciclismo BMX Freestyle, ciclismo estrada, ciclismo mountain bike, esgrima, futebol (feminino), ginástica artística, ginástica rítmica, ginástica trampolim, handebol (feminino), hipismo adestramento, hipismo CCE, hipismo saltos, judô, levantamento de pesos, natação, pentatlo moderno, remo, rúgbi (feminino), saltos ornamentais, skate, surfe, taekwondo, tênis, tênis de mesa, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei, vôlei de praia e wrestling.

Produção industrial cresce 4,1% em junho, maior alta desde 2020



A produção da indústria brasileira cresceu 4,1% na passagem de maio para junho. Além de interromper dois meses de queda, o resultado é o maior já registrado desde julho de 2020, quando houve expansão de 9,1%. A constatação é da Pesquisa Industrial Mensal divulgada pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado de junho de 2024, a indústria nacional encontra-se em nível superior ao patamar pré-pandemia, 2,8% acima de fevereiro de 2020. No entanto, fica ainda 14,3% abaixo do ponto máximo anotado em maio de 2011. Em relação ao mesmo mês do ano passado, a alta é de 3,2%. Observando apenas os meses de junho, o resultado é o maior também desde 2020, quando havia avançado 10%. No primeiro semestre, a atividade industrial brasileira soma expansão de 2,6%. No acumulado de 12 meses, o desempenho positivo é de 1,5%.

A pesquisa divulgada não traz dados segmentados por unidades da federação. A divulgação referente a maio mostrou que o Rio Grande do Sul apresentou queda de 26,2%. Entre maio e junho, 16 das 25 atividades apuradas pelo IBGE apresentaram desempenho positivo, com destaque para a produção de coque (tipo de combustível derivado do carvão), derivados do petróleo e biocombustíveis (4%), produtos químicos (6,5%), produtos alimentícios (2,7%) e indústrias extrativas (2,5%). Outras contribuições positivas relevantes foram metalurgia (5,0%), veículos automotores, reboques e carrocerias (3,1%), bebidas (3,5%), máquinas e equipamentos (2,4%), produtos do fumo (19,8%) e celulose, papel e produtos de papel (1,6%).

Deputado federal pode ser o primeiro prefeito autista de uma capital brasileira

O deputado federal Amond Mandel (Cidadania-AM), de apenas 23 anos, pode se tornar o primeiro prefeito autista de uma capital brasileira. Diagnosticado com transtorno do espectro autista (TEA) desde os 14 anos de idade, o parlamentar, que já esteve 15 pontos percentuais atrás do atual prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), aparece empatado tecnicamente na primeira posição no último levantamento para a prefeitura da capital amazonense. Pesquisa da Atlasintel, mostra Mandel com 21,9%, apenas 1,1% atrás de Almeida, que soma 23%. Logo atrás, está o Capitão Alberto (PL), com 21,3%. A margem de erro é de 3%. Por isso, os três dividem a liderança.

Com prejuízos para economia do país, Banco Central decide manter juros elevados

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), confirmou as expectativas do mercado e manteve a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) em 10,5% ao ano após o encontro do colegiado, realizado a cada 45 dias para definir o índice. No comunicado sobre a decisão, a entidade justificou a manutenção da Selic por conta da piora das expectativas da inflação e valorização do dólar frente ao real. Sobre o argumento da inflação, os movimentos sociais que vem realizando uma série de protestos contra a política monetária contracionista do Banco Central, ou seja, que promove a desaceleração da economia, destacam que o IPCA, principal medidor de inflação do país, divulgado pelo IBGE, segue controlado.

A meta de inflação estimulada para o país neste ano é 3%, com intervalo de 1,5% para mais ou para menos, portanto, o índice segue abaixo do teto de 4,5%, segundo o último comunicado do IBGE, divulgado em julho e que mostra que o IPCA acumulava alta de 4,23%, nos últimos 12 meses. Já, em relação ao dólar, lembrem que o BC tem instrumentos para intervir no câmbio, como as operações de venda de moeda no mercado futuro (contratos de swap cambial), vendas diretas de dólar e os chamados leilões de linha.

Nova lei cria certificado para empresa que promove saúde mental dos empregados

O presidente Lula sancionou sem vetos a lei que cria o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental, voltado para as empresas que seguem critérios de promoção da saúde mental e do bem-estar de seus funcionários. Para obter o certificado, as empresas devem desenvolver ações e políticas que efetivamente promovam a saúde mental dos trabalhadores. Caso descumpram as diretrizes, o certificado poderá ser revogado. O certificado será concedido por comissão nomeada pelo Ministério da Saúde, que deverá aferir se as práticas desenvolvidas pela empresa estão alinhadas com as diretrizes.

O certificado terá validade de dois anos, período após o qual a empresa deverá passar por nova avaliação para renovação. Enquanto válido, as empresas poderão utilizá-lo em sua comunicação e materiais promocionais. Paralelamente, o governo federal poderá promover ações publicitárias para incentivar a adoção do certificado. Para subsidiar a concessão e a manutenção do certificado, a empresa deverá fazer uma espécie de prestação de contas e atuar com transparência. Assim, terá de divulgar regularmente as ações e políticas relacionadas à promoção da saúde mental e do bem-estar de seus funcionários nos meios de comunicação utilizados pela empresa. Terão ainda de manter um canal para receber sugestões e avaliações.

Fonte: Câmara dos deputados

Lula reabre fábrica de fertilizantes no Paraná e 215 pessoas voltam ao trabalho



O presidente Lula deu início às obras para reabertura da Fábrica de Fertilizantes Araucária Nitrogenados (Fafen) fechada em 2020, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A Fafen pertence à Petrobras e fica em Araucária, na região metropolitana de Curitiba (PR). Em cerimônia que contou com a presença de centenas de petroleiros e químicos, ele fez um discurso emocionado. Chorou ao dizer que sentia orgulho em reabrir a Fafen e colocar mais de 200 pessoas, demitidas durante a pandemia do covid, de volta ao trabalho. O presidente ainda criticou outras decisões tomadas pela gestão bolsonarista da Petrobras. “Tínhamos uma fábrica de fertilizantes em Mato Grosso do Sul faltando 15% para ser concluída; foi parada. A Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, o Complexo Petroquímico de Itaboraí; tudo foi parado”, descreveu. “Eles não enxergam uma unha à frente do nariz.”

A reabertura da Fafen vai demandar investimentos de R\$ 870 milhões da Petrobras. Mais de 2 mil trabalhadores atuarão em obras, que devem ser concluídas no segundo semestre de 2025. Após a Fafen voltar a operar, devem ser mantidos cerca de 700 empregos diretos. Desde julho, 215 antigos funcionários da fábrica reiniciaram seus trabalhos. São técnicos que foram recontratados pela subsidiária da Petrobras. Na reabertura Lula entregou de volta, simbolicamente, os crachás de identificação desses empregados. A reabertura da Fafen é considerada uma vitória de petroleiros e químicos, que sofreram grandes impactos pelo seu fechamento. Após a volta de Lula à Presidência, a Petrobras incluiu projetos para retomada da operação da fábrica em seu plano estratégico. A Fafen tem capacidade de produzir 720 mil toneladas de ureia por ano, o que corresponde a 8% do mercado nacional, além de amônia e Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32).

Trabalhadores receberão mais de R\$ 15 bilhões da distribuição de lucros do FGTS



O Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aprovou a distribuição de R\$ 15,21 bilhões, que equivalem a 65% dos lucros obtidos no ano de 2023, que chegou ao recorde de R\$ 23,4 bilhões. Os valores serão distribuídos até 31 deste mês aos trabalhadores e trabalhadoras que têm saldo nas contas do FGTS até 31 de dezembro do ano passado, mesmo que ela esteja inativa, não recebendo novos depósitos. O trabalhador não poderá sacar

este valor, apenas se for dispensado sem justa causa e comprar um imóvel, entre outras possibilidades. Isso porque o dinheiro é depositado diretamente na conta de FGTS. Apesar de que em 2023 foram distribuídos 99% do lucro, o valor foi R\$ 2,5 bilhões menor do que este ano. Serão beneficiadas 280 milhões de contas individuais a 70 milhões de trabalhadores. Tem direito a correção do FGTS quem tem saldo na conta até 31 de dezembro de 2023. Quem sacou depois desta data também terá direito ao valor a partir do saldo que tinha em depósito até o final do ano passado. Quem sacou o fundo antes de 31 de dezembro de 2023, em qualquer dia e mês do ano passado, não terá direito a receber a divisão de lucros.

Para consultar o saldo, o trabalhador pode acessar o aplicativo FGTS, disponível para os telefones com sistema Android e iOS. Também é possível consultar o extrato do fundo no site da Caixa Econômica Federal. Quem não puder fazer a consulta pela internet deve ir a qualquer agência da Caixa pedir o extrato no balcão de atendimento. O banco também envia o extrato do FGTS a cada dois meses para o endereço cadastrado na agência. Quem mudou de residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PATOS DE MINAS E REGIÃO

– EDITAL DE CONVOCAÇÃO–

–Em conformidade com o Art. 551 da Consolidação das Leis do Trabalho, Parágrafos 1º e 2º, Incisos I e II do Art. 20 do Estatuto Social, convoca os associados deste Sindicato em gozo de seus direitos estatutários, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 05 de setembro de 2024, às 19h (dezenove horas), em primeira convocação, na sede da Entidade, na Rua Juca Mandú, nº 374, Centro, Patos de Minas /MG, para deliberação das seguintes matérias: a) Leitura do Edital de Convocação; b) Prestação de Contas do Exercício de 2023; c) Prestação de contas dos meses de janeiro a agosto de 2024, em razão do término de mandato; d) Previsão Orçamentária para o ano de 2025. Não havendo número legal a Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, em segunda convocação, no mesmo local e dia, às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos). Patos de Minas, 31 de agosto de 2024. Ascendino César das Chagas - Presidente.



Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

Governos suspeitam que incêndios em SP são criminosos

Situação se agravou quando São Paulo registrou 1.886 focos de queimadas



Uma onda de incêndios no interior de São Paulo deixou 48 cidades em estado de alerta para queimadas e provocaram duas mortes. O governador do Estado, Tarcísio de Freitas, decretou situação de emergência, por 180 dias nos municípios afetados. Segundo o governo estadual, 15.335 pessoas estão envolvidas nos trabalhos de combate às chamas e orientação à população. Um gabinete de crise e um posto avançado de emergência foi montado em Ribeirão Preto. Autoridades estaduais e federais têm dito que suspeitam que os incêndios estão

sendo provocados por criminosos. Foram abertos inquéritos para investigar as causas do incêndio, mas as autoridades não revelaram possíveis motivos. Três pessoas já foram presas. A suspeita é que os incêndios aconteceram de forma simultânea em lugares distintos — o que só poderia ser provocado por uma ação organizada, segundo o governo. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que o governo investiga se esses episódios são semelhantes ao "dia do fogo", quando incêndios florestais foram provocados por criminosos em agosto de 2019 nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no Pará. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e com Marina Silva quando ouviu que "não há, até agora, nenhum incêndio detectado por causas naturais".

"Significa que tem gente colocando fogo de maneira ilegal, uma vez que todos os Estados do país já estão avisados e proibiram uso de fogo de manejo.

A Polícia Federal abriu dois inquéritos para investigar os incêndios no interior de São Paulo. O governo do Estado de São Paulo também anunciou que a Polícia Civil está mobilizada para investigar todas as ocorrências de incêndio criminoso no estado, especialmente as que ocorrem nas regiões afetadas pelas queimadas. A polícia de São Paulo prendeu três pessoas, entre eles, um homem de 42 anos, que foi denunciado



por moradores após atear fogo em uma área de mata em Batatais, na região de Franca. Segundo nota do governo do Estado,

a Polícia Militar chegou ao local quando as chamas já estavam alastradas e capturaram o criminoso, que havia tentado fugir. O homem tem passagens na polícia por roubo, furto, homicídio e posse de droga. Um outro preso é um idoso de 76 anos que foi detido após atear fogo em lixo, em uma área de mata. A polícia também investiga outro caso no mesmo município, em que imagens de redes sociais mostram um motociclista que teria ateadado fogo em uma área de mata.



Justiça Federal libera R\$ 2,6 bilhões em atrasados a beneficiários do INSS



O Conselho da Justiça Federal liberou o pagamento de R\$ 2.668.623.597,97 para atrasados do INSS, como revisões de aposentadorias, auxílio-doença e outros benefícios, referentes a decisões judiciais do mês de julho deste ano. No total, somam-se 128.194 processos, com 167.908 beneficiários. Os pagamentos se referem a quantias impostas em decisões definitivas em matérias assistenciais e previdenciárias, nas chamadas Requisições de Pequeno Valor, ou seja, ações devidas pelo INSS no valor de até 60 salários mínimos. O CJF esclarece que cabe aos Tribunais Regionais Federais, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados - a informação pode ser verificada na consulta

de RPVs disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável.

O CJF também autorizou o pagamento de valores para outros processos, somando aproximadamente R\$ 3 bilhões para um total de 200.636 processos, com 251.198 beneficiários. Beneficiários dos chamados atrasados, autores de decisões judiciais requisitando benefícios assistenciais e previdenciários, como pensões e auxílio-doença. Os valores também irão cobrir outras decisões judiciais contra órgãos do governo, como o de servidores pedindo correção de valores trabalhistas. Segundo definição do Conselho da Justiça Federal, o precatório é emitido nos casos de condenações contra a Fazenda Pública e envolvem valores acima de 60 salários mínimos. Abaixo desse limite, são chamadas Requisições de Pequeno Valor.

Vacina brasileira contra a mpox está próxima dos testes em humanos



O Centro de Tecnologia de Vacinas (CTVacinas) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) informou estar próximo de iniciar a última etapa no desenvolvimento de uma vacina nacional contra a mpox, os testes em humanos. O imunizante brasileiro ganhou maior projeção depois que a mpox foi declarada pela Organização Mundial da

Saúde (OMS) emergência em saúde pública de importância internacional, em razão do risco de disseminação global e de uma potencial nova pandemia. A vacina nacional, entretanto, já vinha sendo desenvolvida há 2 anos, desde a primeira emergência global provocada pela doença. De acordo com a UFMG, a dose brasileira utiliza um vírus atenuado e não replicativo, o que torna o imunizante “extremamente seguro”, inclusive para uso entre imunossuprimidos e gestantes. Os testes iniciais da vacina, segundo a universidade, apresentaram bons resultados, demonstrando “indução de neutralizantes, resposta celular e resposta robusta contra a doença”.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) informou que o imunizante nacional contra a mpox figura como uma das prioridades da Rede Vírus, comitê de especialistas em virologia criado para o desenvolvimento de diagnósticos, tratamentos, vacinas e produção de conteúdo sobre vírus emergentes no Brasil. Em nota, a pasta destacou que, em 2022, o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos doou para a UFMG material conhecido como semente do vírus da mpox, uma espécie de ponto de partida para o desenvolvimento do insumo farmacêutico ativo (IFA), matéria-prima utilizada na produção do imunizante.

STF deve retomar julgamento sobre a constitucionalidade do trabalho intermitente

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar o julgamento sobre a constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, inserido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista de 2017. O julgamento foi suspenso em 2020, quando foi formado placar de 2 votos a 1 pela validade das regras do trabalho intermitente. O relator do caso, ministro Edson Fachin, considerou o modelo de trabalho inconstitucional. Segundo Fachin, essa forma de contratação deixa o trabalhador em posição de fragilidade e vulnerabilidade social em razão de sua característica de imprevisibilidade. Nunes Marques e Alexandre de Moraes votaram a favor da modalidade por entender que as regras são constitucionais e visam a diminuir a informalidade no mercado de trabalho. Faltam os votos de oito ministros.

Conforme definido na reforma trabalhista, o trabalhador intermitente recebe por horas ou dias trabalhados. Ele recebe férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e décimo terceiro salário de forma proporcional ao período trabalhado. No contrato, é definido o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. O empregado deve ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de antecedência. No período de inatividade, pode prestar serviços a outras empresas. A legalidade do contrato de trabalho intermitente foi questionada pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Para as entidades, o modelo favorece a precarização da relação de emprego e o pagamento de remunerações abaixo do salário mínimo, além de impedir a organização coletiva dos trabalhadores.